



Índice

- 01** Hortolândia realiza I Fórum de Comunidades Tradicionais, no próximo sábado
- 02** Encontro discute a força da mulher negra quilombola, em Moju, no Pará
- 03** Quilombolas aprendem técnica para aumentar cultivo de mandioca no AP
- 04** Comunidades quilombolas visitam a Mata do Junco
- 05** Escola indígena segue invicta nos Jogos Escolares Juventude
- 06** Marudá se despede dos Jogos Tradicionais Indígenas
- 07** 'Estamos pior do que mendigo', diz índio da região do Xingu
- 08** Eleições 2014 em Mato Grosso têm apenas três candidatos indígenas
- 09** Boletim mundo: Governo recua durante reunião do Conselho Nacional de Saúde e segura início de tramitação de PL do INSI
- 10** Assembléia do Cimi RO reúne povos para discutir violação de direitos indígenas
- 11** Seminário sobre o "Direito dos Povos Indígenas à Terra Tradicional"
- 12** Comissão de Saúde Indígena se reúne dia 01 de outubro
- 13** MDA leva documentação para assentadas e indígenas de Roraima
- 14** Indígenas proíbem entrada de candidatos em aldeias
- 15** Após acidente, Funai lamenta morte de cinco indígenas
- 16** Campus Canguaretama representa o IFRN em reunião do Programa Saberes



Indígenas na Escola

- 17** Mulheres quilombolas participam de encontro
- 18** ELEIÇÕES 2014: Questão quilombola foi abandonada pelo PT, pressionado pelo latifúndio
- 19** Aécio elevará o desenvolvimento do semiárido e de populações ribeirinhas
- 20** Cimi NE lamenta a morte, em Alagoas, de cinco indígenas vítimas de acidente automobilístico
- 21** Autoridades marcam encontro sobre situação de índios nas ruas
- 22** Saiba a proposta de cada candidato para a política indigenista
- 23** Governo recua e segura tramitação do Projeto de Lei do Instituto de Saúde Indígena
- 24** Conciliar interesses de índios e produtores rurais é desafio para o país
- 25** Com intervenção de Suíça, professores indígenas encaminham problema de salários atrasados
- 26** Cultura: Sesc Centro apresenta exposição indígena do povo huni-kuin nesta sexta
- 27** Funai recebe oficialmente a Casa do Índio
- 28** Carimbó é reconhecido como patrimônio cultural
- 29** Conciliar interesses de índios e produtores rurais é desafio para o país
- 30** Indígenas recebem pela primeira vez incentivo agrícola



Hortolândia realiza I Fórum de Comunidades Tradicionais, no próximo sábado

SÍTIO PORTAL NOVIDADE, 11.09.2014

Grupos que lutam por avanços em igualdade racial se reúnem para a realização do I Fórum de Comunidades Tradicionais de Hortolândia. A programação reunirá representantes dos segmentos de capoeira, dança, religiões de matriz africana e outras vertentes. O encontro será no templo de candomblé Adimula Ilê Asé e Sú Oyà, localizado na rua Dom Pedro II, nº 85, no Jardim Amanda. O evento é aberto à toda comunidade.

O objetivo do fórum é construir e legalizar o Plano Municipal de Igualdade Racial, que indica metas para superação de desigualdade racial no município num prazo de 10 anos. Além disso, o Plano é ferramenta de ingresso nas ações do Sinapir (Sistema Nacional de Políticas para a Igualdade Racial). Para isso, o fórum deste sábado discutirá temas ligados a seis eixos: juventude, educação, segurança, segurança alimentar e meio ambiente, além de cultura e esporte.

De acordo com Rosali Madalena, chefe de Setor de Igualdade Racial, órgão da Prefeitura de Hortolândia, vinculado à Secretaria de Chefia de Gabinete, é importante que representantes de entidades e grupos participem da programação para que a desigualdade racial seja superada. "Vamos discutir os temas das políticas públicas em grupos de debate, além de acompanhar apresentações artísticas e culturais. Será um evento muito positivo para o desenvolvimento de ações práticas, que contribuirá para a construção do primeiro plano de igualdade racial do município", destacou Rosali.

A secretária chefe de Gabinete da Prefeitura de Hortolândia, Julyana Tonin, comenta que a elaboração do Plano Municipal é um grande passo na consolidação dos direitos e conquistas étnico-raciais no município. "A Administração Municipal apoia políticas públicas para a igualdade racial, pois é assim que se constrói um sociedade mais justa", declarou Julyana.



Encontro discute a força da mulher negra quilombola, em Moju, no Pará

SÍTIO G1, 11.09.2014

VII Encontro da Mulher Negra Quilombola será dias 12, 13 e 14/09. A ideia é mostrar a força da mulher como liderança na luta por território.

Nos dias 12, 13 e 14 de setembro será realizado o VII Encontro da Mulher Negra Quilombola na comunidade de São Bernardino, município de Moju, nordeste do Pará. Com o tema "Pelos braços da mulher negra: A força de um Quilombo", a ideia do evento, organizado por elas mesmas, é mostrar a força da mulher quilombola como liderança nas lutas pela titulação dos territórios quilombolas.

Nos últimos seis encontros de mulheres negras quilombolas organizados, mudanças sensíveis e significativas já foram percebidas, principalmente a valorização da mulher como liderança, o respeito conquistado nas relações familiares e os espaços institucionais ocupados. Mas, segundo a organização do encontro, ainda há muito por que lutar: o machismo ainda faz vítimas e o racismo ainda segrega.

Durante os três dias de evento serão discutidos temas como a educação quilombola, a segurança pública, a saúde quilombola e os usos das ervas medicinais, além da Marcha das Mulheres Negras de 2015. Também serão ofertadas oficinas de capacitação política para jovens mulheres negras quilombolas com o objetivo de fortalecer as novas lideranças. Ao final, serão redigidos encaminhamentos em um plano de ação e em uma carta compromisso a serem endereçados aos órgãos competentes.

O Encontro está sendo realizado pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungu) e pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa). Além da participação das mulheres quilombolas do estado do Pará, os encontros de mulheres negras quilombolas tem recebido a participação de entidades de defesa da mulher de outros estados como o Maranhão e o Amapá.



Quilombolas aprendem técnica para aumentar cultivo de mandioca no AP

SÍTIO G1, 11.09.2014

Tecnologia triplica produção em até 30 toneladas por hectare, diz SDR. Reportagem faz parte da série 'Amazônia, conhecer para amar'.

Remanescentes do quilombo do Curralinho, a 11 quilômetros de Macapá, passaram a usar um novo modo de plantio para aumentar a produção de mandioca, principal atividade econômica da comunidade. O cultivo da planta é tradicional no quilombo, e é passado através de gerações, segundo os moradores da região. A reportagem exibida pela TV Amapá faz parte da série "Amazônia, conhecer para amar".

Um projeto de agricultura familiar coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) fez melhorar o cultivo da raiz. A mandioca antes era plantada em um área de mata após desmatamento da floresta. Atualmente a plantação é feita em áreas de campo aberto.

O modelo de preparação da terra é com uso de mecanização e levou a um aumento na produtividade da raiz de mandioca por hectare plantado, segundo a SDR.

"Em um hectare, a produção de raiz salta de 10 toneladas para 30 toneladas. Isso representa um ganho de 10 toneladas na farinha", calculou a agrônoma Socorro Carvalho.

Mandiocas são coletadas depois de dez meses (Foto: Reprodução/TV Amapá)Mandioca é coletada depois de dez meses

(Foto: Reprodução/TV Amapá)

Apesar da tecnologia ter invadido as plantações, o conhecimento dos nativos do quilombo do Curralinho ainda é essencial para saber o tempo certo da colheita da mandioca, que inicia dez meses depois de plantada, quando as folhas começam a cair. Os talos da mandioca são quebrados e servem para o cultivo no ano seguinte.

O agricultor Manoel Chagas conta que começou a cultivar a mandioca ainda criança. "Essa tradição veio da minha mãe, que aprendeu com a minha avó. Íamos para a roça quando éramos pequenos e comecei a gostar de trabalhar nessa atividade", relatou.

Preparo

A mecanização também modificou o modo de preparo de um dos produtos mais consumidos no Amapá: a farinha de mandioca. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cada amapaense consome em média 35 quilos de farinha por ano.

Após a colheita, a mandioca é descascada e lavada. Ela também passa pelo "catitu", ferramenta usada para moer o produto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Apesar da tecnologia, alguns moradores do quilombo preferem preparar o produto em forno à lenha, modo tradicional. Para obter o ponto certo da farinha, a pessoa não pode parar de mexer.

O preparo demora cerca de duas horas e meia. Quando a farinha começa a dar alguns estalos, é indício de estar no ponto certo. É possível produzir em torno de 30 litros do produto, que resulta em quase 20 quilos de farinha.



Comunidades quilombolas visitam a Mata do Junco

SÍTIO INFONET, 11.09.2014

A Unidade de Conservação está localizada em Capela

As comunidades quilombolas, localizadas no entorno da Unidade de Conservação (UC) do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVS), participam de uma ação de Educação Socioambiental promovida pela Vale Fertilizantes. O evento que faz parte de uma ação inerente à primeira fase do Plano Básico Ambiental Quilombola do Projeto Carnalita está ocorrendo nas instalações da Sede Administrativa do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, situada no município de Capela, distante 67 km de Aracaju.

A UC da Mata do Junco é um área de preservação ambiental gerida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). Criada em 2007, há sete anos é alvo de pesquisa e estudos de escolas e universidades. O RVS Mata do Junco abriga mais de 14 cursos d'água, entre esses destaca-se a nascente Largartixo- manancial responsável pelo abastecimento humano do município de Capela. A Mata do Junco protege ainda o Macaco Guigó (*Callicebus coimbrai*), primata ameaçado de extinção.

Socioambiental

Para a extração da Carnalita e a construção da usina - empreendimento a ser instalado entre os municípios de Capela e Japaratuba - projeto contempla a realização de uma série de ações de educação socioambiental nas comunidades Quilombolas da região.

As comunidades quilombolas da Patioba, do município de Japaratuba, e as da Terra Dura-Coqueiral e do Canta Galo - ambas do município de Capela, serão contemplados com as atividades de Educação Sociambiental do Plano Básico Ambiental Quilombola do Projeto Carnalita.

Segundo a técnica ambiental da Semarh, e coordenadora da UC do Junco, Augusta Barbosa, as visitas focam a sensibilização e conscientização do público sobre a importância da conservação e preservação dos ambientes naturais locais.

"Desperta nos envolvidos, naqueles que visitam a UC, independente de idade ou grau de instrução, a importância da proteção e preservação dos recursos naturais. O visitante passa a ter ciência do que abriga a Mata do Junco, a exemplo do Guicó, primata presente na lista dos animais em extinção", defende a coordenadora.

As visitas monitoradas das comunidades Quilombolas à Mata estão sendo realizadas pela Synergia- empresa de consultoria urbana e social contratada pela Vale. A realização das visitas foram destinadas a adultos e crianças.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Neste mês de setembro, a visita foi feita por estudantes do ensino fundamental das escolas das comunidades quilombolas. Em outubro, período entre 29 a 31, as vistas à UC do Junco serão feitas estudantes quilombolas do 2º e 3º ano de ensino fundamental, professores e integrantes da associação de moradores.]

Fonte: Semarh



Escola indígena segue invicta nos Jogos Escolares Juventude

SÍTIO BV NEWS, 11.09.2014

As roraimenses venceram o segundo jogo por 5 a 4 nos pênaltis, depois de empatarem em 3 a 3

O time feminino de futsal da Escola Estadual Indígena Índio Macuxi, de Normandia (RR), venceu as duas partidas que disputou nos Jogos Escolares da Juventude. O segundo jogo, que ocorreu na tarde desta quarta-feira (10) no Ginásio de Esportes Pedro Dias, em Londrina (PR), foi contra a escola Ada Teixeira (TO) e finalizou com placar de 5x4, nos pênaltis.

O time adversário abriu o placar e logo conquistou a liderança com dois gols seguidos, o que intimidou a equipe da escola indígena, que reagiu com um gol.

O técnico da equipe indígena, Eraldo Nunes Mendes, logo pediu tempo e fez duas alterações no time, para alcançar o equilíbrio no placar. Então as meninas reagiram e fizeram um gol, mas por descuido, tomaram outro gol e o jogo ficou ainda mais difícil.

Faltando cinco segundos para o fim do jogo a equipe roraimense conseguiu emplacar um gol e empatar a competição em 3x3, o que levou aos pênaltis e rendeu o placar final de 5x4 nas cobranças.

A artilheira do time, Walksenia Sampaio, com seis gols, três na primeira partida e três no jogo contra a equipe de Tocantins, é simpatizante do número 3, e prometeu mais três gols na disputa contra a Escola Municipal Demócrito Sarmiento, de Alagoas. "Pretendo fazer mais três gols e contribuir para a vitória da nossa equipe", disse.

Segundo Eraldo, as meninas entraram no jogo nervosas e isso prejudicou o início da partida, com erros e facilitando gols à equipe adversária. "Durante o jogo foram se acertando, mas sempre perdendo no placar e nos últimos segundos empataram e levaram para os pênaltis, mostrando a garra de Roraima na competição", avaliou.

Para o terceiro jogo, e que levará à semifinal, Eraldo vai trabalhar para as atletas não cometerem muitos erros. "Vamos focados para chegarmos à semifinal e disputarmos medalha para o nosso Estado", complementou o técnico da equipe.

O jogo contra a escola Demócrito Sarmiento será nesta quinta-feira (11), às 15h15 no Ginásio Pedro Dias.



Marudá se despede dos Jogos Tradicionais Indígenas

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 11.09.2014

Um espetáculo de cores, sons e rituais indígenas deu adeus, na noite desta quarta-feira, 10, a mais uma edição dos Jogos Tradicionais Indígenas do Pará. Promovido pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Seel) e Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, o evento movimentou durante uma semana o distrito de Marudá, município de Marapanim, nordeste do estado, levando cerca de 100 mil pessoas ao local. Nos campos de futebol, nas ruas, na praia, na arena de competição, guerreiros de 15 etnias mostraram sua força, habilidade, integração e a luta para manter viva a identidade dos povos tradicionais.

Além das competições de futebol, atletismo, natação, canoagem e esportes tradicionais indígenas, durante sete dias, o público também acompanhou de perto um pouco do universo ritualístico dos povos tradicionais. Entre as cenas mais marcantes da semana, o principal destaque foi para o ritual de batismo dos Parkatejê, que pela primeira vez foi realizado fora da aldeia. Conhecida como Pemp, a cerimônia realizada na arena de competições em Marudá, mostrou o batismo de quatro adolescentes que passam da infância para a juventude.

No centro da arena, dois meninos e duas meninas ostentando as pinturas tradicionais de seu povo e com o corpo coberto de penas foram cercados por outros indígenas da etnia, que juntos dançaram e cantaram ao som de maracás. Segundo a tradição, antes da cerimônia de batismo, os adolescentes Parkatejê passam cerca de um ano recolhidos sem falar com quase ninguém. Nesse tempo, eles aprendem a caçar, a falar com os espíritos, entre outras habilidades. A rotina é rígida, incluindo banhos diários no rio às 4h da madrugada.

No último dia do evento, a final das modalidades de cabo de guerra, corrida de 100 metros e lançamento de lança, mostrou mais uma vez o espírito de festa das etnias, que se reuniram no centro da arena para celebrar a união dos povos tradicionais. Campeã da maioria das competições, a etnia Gavião Kykatejê - que venceu futebol masculino e feminino, natação e diversas modalidades de esporte tradicionais - foi aclamada pelo público. "O sucesso do nosso povo nesses jogos está ligado diretamente a nosso método de treinamento. Porque apesar dos momentos de festa, nós levamos muito a sério a prática de esportes na nossa aldeia, além do mais quando sabemos a proporção da competição que vamos participar", afirmou Jakure Kykatejê, técnico do futebol masculino da etnia.

Para Renilce Nicodemos, titular do Seel, a quarta edição dos Jogos Tradicionais conseguiu superar as expectativas da organização. "É claro que esperávamos um evento de grande proporção, mas o resultado dos Jogos foi muito além do planejado. A movimentação no local, a repercussão do evento, tudo isso foi além das expectativas. O que mostra também a seriedade da nossa equipe em superar qualquer tipo de desafio", afirmou a secretária.

Para o idealizador dos Jogos Indígenas, Marcos Terena, o evento cumpriu com a sua principal

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

meta: estimular a integração e o respeito entre os povos de diferentes culturas. “Creio que a gente fez um trabalho muito bonito e é importante dizer o apoio que tivemos do Governo do Estado e de todos os moradores da região de Marudá. Pra gente, isso foi uma honra, uma alegria e a gente leva essa emoção como estímulo para a realização de outros trabalhos aqui no Pará e fora do estado”, contou o coordenador.

Adison Ferrera
Secretaria de Estado de Comunicação



'Estamos pior do que mendigo', diz índio da região do Xingu

SÍTIO G1, 11.09.2014

Índios protestaram ocupando sede da Funai em Altamira. Eles ocupam também o campus da UFPA no município.

O líder indígena Leo Xipaia denunciou na última quarta-feira (10), durante ocupação da sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Altamira, no sudeste do estado, as condições atuais de vida das tribos. "Estamos pior do que mendigo, dormindo aqui na calçada da Funai. O pessoal aqui da universidade já reclamou e tentou nos botar para fora", disse.

O protesto reúne líderes de 24 aldeias da região do Xingu, pertencentes às etnias Xipaia, Parakanã, Xikrin, Araweté e Assurini, por exemplo, paralisaram as atividades dos servidores da Funai na quarta. Eles pedem afastamento da coordenadora regional, Estela Libardi.

Os índios reclamam dos atrasos na entrega da nova Casa do Índio, que está sendo construída pela empresa Norte Energia, responsável pela implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte. Eles denunciam a falta de um espaço adequado para acomodar os índios que vem das aldeias para a cidade.

UFPA

Por semana, cerca de 50 índios de diversas etnias de forma improvisada na sede da Fundação e nas instalações da Universidade Federal do Pará (UFPA), no município. A maioria é de crianças, mulheres e idosos. Os indígenas dormem em redes atadas nos corredores da instituição. Passam o dia sentados no chão. Estendem as roupas em varais improvisados.

Segundo a coordenadora do campus, a situação se agravou nos últimos três anos, quando os índios passaram a ir para a zona urbana com mais frequência.

"O campus de Altamira não tem condições de tocar suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com ocupação constante dos indígenas. É sujeira no local, os banheiros sem condições de uso, os bebedouros também já estão sem condições de uso, fora o odor de fezes e urina. É constrangedor", disse Ivonete Coutinho, coordenadora do campus.

As lideranças indígenas entregaram um documento com as reivindicações ao procurador da Funai em Altamira. A pauta também foi encaminhada aos responsáveis pela Funai em Brasília, ao Ministério da Justiça e à Casa de Governo.



Eleições 2014 em Mato Grosso têm apenas três candidatos indígenas

SÍTIO G1, 11.09.2014

Estado é recortado por 88 terras indígenas e abriga mais de 40 etnias. Levantamento de cor ou raça declarado pelos candidatos é feito pelo TSE.

Renê Dióz Do G1 MT

Terra-natal do primeiro índio a exercer mandato no Congresso Nacional e segundo estado em número de terras indígenas no país, Mato Grosso tem apenas três representantes que se declararam índios na disputa por cargos nas eleições deste ano. O levantamento é do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foi disponibilizado esta semana por meio do site oficial.

O número contempla apenas os candidatos considerados aptos à disputa pela Justiça Eleitoral. De acordo com o TSE, em todo o Brasil apenas 80 candidatos se declararam índios quando perguntados a respeito de cor ou raça no registro de candidatura. Os estados da Bahia e de São Paulo foram os que mais contribuíram com candidatos indígenas, com oito postulantes cada um. Outros estados que tiveram mais de cinco candidatos cada são Amazonas, Roraima, Mato Grosso do Sul e Pará.

Em Mato Grosso, território que abriga populações de mais de 40 etnias diferentes, apenas dois candidatos a cargos de deputado estadual se declararam indígenas: a motorista particular Eliane Bolo, natural de Cuiabá, pelo PRP, e Matudjo Metuktire, do Pros, natural de Guarantã do Norte (município a 721 km da capital) e vereador por São José do Xingu (a 931 km).

Para o cargo de deputado federal, houve o registro de Josefina Almeida, natural de Várzea Grande (cidade da região metropolitana da capital), pelo PSDB.

Os três candidatos indígenas representam apenas 0,73% das candidaturas em Mato Grosso. Juntos, têm previsão de gastos de campanha de até R\$ 6 milhões - a mais alta é de Josefina Almeida, com R\$ 2,5 milhões. Conforme a segunda parcial de prestações de contas de campanha, apenas Josefina declarou à Justiça Eleitoral sua movimentação financeira até o momento. Ela declarou R\$ 14,8 mil em receita e R\$ 13,7 mil em despesas.

Nascido em aldeia próxima a Barra do Garças (MT), o cacique xavante Mário Juruna foi o primeiro parlamentar índio na Câmara dos Deputados, eleito pelo estado do Rio de Janeiro. (Foto: Acervo / Câmara dos Deputados) Nascido em aldeia próxima a Barra do Garças (MT), o xavante Mário Juruna foi o primeiro parlamentar índio na Câmara dos Deputados, eleito pelo estado do Rio de Janeiro. (Foto: Acervo / Câmara dos Deputados)

Pioneiro

Com poucos representantes que se declararam indígenas nestas eleições, Mato Grosso foi

CONT.



terra-natal do primeiro índio a alçar o posto de deputado federal no país. Nascido na região de Barra do Garças (cidade a 516 km de Cuiabá), o cacique xavante Mário Juruna filiou-se ao PDT e foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro em 1982 e exerceu mandato até 1986.

Até os 17 anos, Juruna viveu em uma aldeia na região de Barra do Garças sem qualquer contato com o homem branco. Após o fim do mandato legislativo, ele chegou a tentar a reeleição sem sucesso. Sua morte foi em 2002, por complicações decorrentes da diabetes.

Cor e raça

Nestas eleições, dos 411 candidatos aptos a concorrer em Mato Grosso, 205 se declararam brancos de cor ou raça, o equivalente a 49,88% das candidaturas. Outros 157 (38,2%) se declararam pardos; 44 postulantes (10,71%) se declararam pretos e apenas dois se declararam amarelos.

Em todo o Brasil, 55,48% dos candidatos se declararam brancos, 34,51% se declararam pardos, 9,18% se declararam pretos e 0,47% se declararam amarelos. A proporção de candidatos indígenas é de apenas 0,35%.

Mato Grosso possui 88 terras indígenas, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai). No país, o estado só perde para o Amazonas em quantidade de reservas – o vizinho possui 162 terras indígenas.



Boletim mundo: Governo recua durante reunião do Conselho Nacional de Saúde e segura início de tramitação de PL do INSI
SÍTIO CIMI, 11.09.2014

Por Luana Luizy e Renato Santana

Após quatro anos apenas da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Ministério da Saúde apresentou nova proposta para a atenção da saúde indígena no Brasil. O paraestatal Instituto Nacional de Saúde Indígena, por definição a terceirização do setor, foi levado à apreciação do Conselho Nacional de Saúde nesta quarta-feira, 11. O que era para ser uma sessão para simplesmente referendar a ideia governista e levá-la ao Congresso Nacional, em forma de Projeto de Lei (PL), virou uma cerimônia constrangida de um instituto que nem ao menos teve seu esboço levado aos conselheiros em forma de documento.

O governo prometeu grandes melhorias no serviço de saúde, mas não deixou claro como se dará a criação do instituto, que pretende privatizar a saúde indígena e tirá-la da atribuição do governo federal. Conselheiros não indígenas afirmaram que não podiam votar algo que não sabiam o que era. Até mesmo os conselheiros inclinados a concordar com a proposta, se queixaram de que algumas perguntas sobre o instituto ainda estavam sem respostas – mesmo com a apresentação do ministro da saúde, Arthur Chioro, que também se mostrou confuso sobre alguns pontos do projeto.

Contrariando o que estava evidente, a tropa governista tratou de desmerecer as críticas ao projeto, taxando-as de desinformadas, motivadas por interesses e sem a capacidade de enxergar que a proposta estatizava um serviço hoje privatizado. Todavia, não comprovaram os argumentos com fatos e dados. “Há um ano atrás viemos aqui fazer balanço da Sesai, hoje precisamos aprimorar. A necessidade de buscarmos novos avanços foi a criação do instituto. A proposta é constitucional. Nesse processo de consulta que foi amplo para que possamos avançar”, afirmou o secretário Especial de Saúde Indígena, Antônio Alves. Uma oficina para debater a minuta do projeto de lei com a Funai, outros órgãos e organizações sociais ficou agendada para os dias 26 e 27 deste mês.

Um dos argumentos para a criação do instituto é a demora na licitação para compra de medicamentos pela Sesai. O instituto, segundo representantes do governo, traria mais agilidade na compra. Porém, não disseram sobre a Sesai, por exemplo, executar apenas 7% de seu orçamento 2014 para estruturação dos distritos. “Então eu entendo que o caráter deliberativo das comunidades indígenas se encerra aqui e terá caráter meramente consultivo. O entendimento vem de que o instituto vai agilizar a compra de medicamentos, mas não tem que atender a Lei 8.666? (lei que trata sobre normas de licitação e compra referente a serviços no âmbito dos poderes da União)?”, questionou Carlos Duarte do Movimento Nacional de Luta contra a Aids.

O novo instituto vem sendo empurrado sem discussão e consulta ampla nas aldeias e o

CONT.



governo pretende aprová-lo de maneira arbitrária e unilateral. Foi obrigado a mudar de estratégia, como muitas vezes ocorreu quando o Executivo propôs medidas anti-indígenas em outros ambientes dos direitos constitucionais destas populações. "Existem muitos questionamentos, nem todos os distritos aprovaram todo o processo. Em alguns, a discussão foi bem calorosa. Isso precisa de aprofundamento", disse o padre Clóvis Andrade da CNBB.

Por outro lado, para o ministro de Saúde, a proposta que visa mudar a realidade da saúde indígena no Brasil, que já é calamitosa, poderia simplesmente atropelar a Convenção 169 que determina o direito dos povos originários e tradicionais de serem ouvidos e consultados a respeito de projetos que impactam diretamente suas vidas. "Eu mandaria a proposta para o Congresso Nacional sem precisar passar por esse processo", pontuou Arthur Chioro. Essa era a vontade inconteste dos governistas, como ficou perceptível na fala do ministro.

Outro ponto de controvérsia no projeto é o controle social da saúde indígena, que perderia força, uma vez que apenas três membros do Conselho Deliberativo do INSI, de 13, seriam indicados por organizações indígenas. "Se for para o Congresso precisa ir o movimento indígena como um todo. Não temos nem acesso ao projeto de lei e não queremos só três representações", criticou Rildo Kaingang da Arpin Sul.

A notícia faz parte do Boletim O Mundo que nos Rodeia. Para recebê-lo ou enviar sugestões, basta enviar mensagem ao e-mail mundo@cimi.org.br.



Assembléia do Cimi RO reúne povos para discutir violação de direitos indígenas
SÍTIO CIMI, 11.09.2014

Nos dias 9 e 10 de setembro, em Porto Velho (AC), a 29ª Assembleia Regional do Cimi também debateu sobre a proposta de criação do INSI, que foi repudiada pelas lideranças “Esta manobra e as pressões para a implantação do INSI afrontam os direitos duramente conquistados ao passo que visa escamotear os reais problemas de má gestão e ingerências da Sesai”

Leia o documento final do encontro:

Documento Final da 29ª Assembleia CIMI/RO

“Direitos conquistados não podem ser negados”

O Conselho Indigenista Missionário - Regional Rondônia, reunido em Porto Velho, em sua 29ª Assembleia Regional, entre os dias 09 e 10 de setembro de 2014, refletiu sobre o tema “Povos Indígenas e Urbanização”. Marcaram presença representantes dos Povos indígenas Paiter Surui, Karitiana e Oro Waram, o Bispo da Diocese de Humaitá, Dom Francisco Merkel Meinrath, CPT/RO, Cimi/AO, Secretario Adjunto do CIMI, Irmã Dalvina Maria Pedrini, Ministra Provincial das Irmãs Catequistas Franciscanas; representantes dos Leigos e Missionários Combonianos e outros aliados das causas populares, que lutam e acreditam no projeto milenar dos povos indígenas o ‘Bem Viver’ para todos.

A partir da análise de conjuntura constatamos que é crescente a violação dos direitos dos povos indígenas pelas inúmeras propostas legislativas que tramitam no Congresso Nacional. Estas estão vinculadas aos interesses do agronegócio e ameaçam a existência física e cultural destes povos. Tais propostas reafirmam ainda o modelo econômico desenvolvimentista do governo federal quanto a implantação de projetos de infraestrutura.

Desvelando o intenso movimento de violências, vimos a publico repudiar a criminalização contra o povo indígena Tenharim do rio Marmelo, Humaitá/AM, e a prisão autoritária de lideranças deste povo, resultado, na verdade, de uma articulação entre setores do agronegócio e poder público que tem interesses sobre o território tenharim.

Repudiamos ainda a construção da Hidrelétrica de Tabajara, no rio Machado, que atingirá os povos Tenharim, Jiahui, povos isolados da região da cabeceira do alto rio Marmelo/AM, os Arara e Gavião da TI Igarapé Lourdes, populações tradicionais, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade e Unidades de Conservação. De igual forma repudiamos o projeto de construção da Hidrelétrica Ribeirão, em Guajará- Mirim.

Unidos num compromisso comum denunciemos a política anti-indígena do governo que usa o
CONT.



aparato militar para coibir a resistência e as mobilizações indígenas que vêm enfrentando às empresas construtoras de hidrelétricas, rodovias, ferrovias e mineradoras. Estes projetos atendem unicamente aos interesses dos inimigos históricos dos povos indígenas, invasores de seus territórios. Como se não bastassem todos esses empreendimentos em execução ou projetados para esta região, que afetam os territórios e seus povos, o Congresso Nacional continua rasgando os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988; através das inúmeras PECs; PLs, PLP que objetivam retroagir, principalmente, no direito destes povos à seus territórios.

Também do governo federal emanam Portarias, Decretos e projetos de lei que desrespeitam os direitos dos povos indígenas. Para efetivar seus interesses usa a Polícia Federal e a Força Nacional para reprimir e forçar as pesquisas em Terras Indígenas, como quer garantir a Portaria 7.957/13.

Este governo, ainda, não atendendo às reivindicações dos povos indígenas, inclusive para não efetivar o concurso público para o atendimento à Saúde Indígena, intenciona criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), empresa paraestatal que assumiria a responsabilidade pela atenção à saúde dos povos indígenas em substituição à recém criada, e ainda não efetivada, Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Esta manobra e as pressões para a implantação do INSI, já denunciada por diversas comunidades e organizações indígenas, afrontam os direitos duramente conquistados ao passo que visa escamotear os reais problemas de má gestão e ingerências da Sesai. Fato notável é a execução de escandalosos 7,5% do orçamento da saúde indígena previsto para o ano de 2013.

Tal postura demonstra a incapacidade do governo de lidar com a diversidade étnica e cultural dos povos indígenas e de respeitar a autonomia destes. Ao invés de assumir sua responsabilidade a transfere para o setor privado, possivelmente para se livrar das pressões e cobranças dos povos indígenas, intenção manifesta na explícita redução do controle social no modelo proposto, que deixaria apenas três das treze vagas do conselho deliberativo do INSI para representantes das organizações indígenas.

A inoperância do governo para com a saúde indígena vem ocasionando a morte de inúmeras crianças por H1N1, diarreia e outras doenças de fácil tratamento, além das contínuas mortes de indígenas por Hepatite B e tuberculose, a exemplo do que ocorre em Guajará Mirim, sem a devida atenção a esta epidemia.

Em sintonia com a Nota Pública do Ministério Público Federal, divulgada recentemente, a qual evidencia a total carência de reais argumentos para a constituição deste instituto, exigimos que esta manifesta violação seja imediatamente abandonada.

Acreditando na resistência e protagonismo dos povos indígenas, exigimos o reconhecimento territorial do povo indígena Guarasugwe; a revisão dos limites da TI Igarapé Lourdes incorporando as terras tradicionais dos povos Gavião e Arara que ficaram fora dos atuais limites; a imediata conclusão do GT de revisão de limites da Terra Indígena Karitiana e Rio Negro Ocaia, a retomada de todos os processos demarcatórios paralisados pelo governo federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Diante de tantas ameaças à vida destes povos, das criminalizações, das inúmeras violências governamentais e de outros setores, reafirmamos e nos comprometemos solidariamente com os povos indígenas, que em suas práticas cotidianas, renovam também nossa esperança de dias melhores.

Porto Velho, 10 de setembro de 2014.



Seminário sobre o "Direito dos Povos Indígenas à Terra Tradicional"

SÍTIO CIMI, 11.09.2014

Entre os dias 6 e 7 de setembro foram realizados dois momentos formativos com tema: "O direito dos povos indígenas à terra tradicional", tendo como facilitadora Caromi Oseas. Estes dois eventos aconteceram nas aldeias Dois Irmãos Terra Indígena Comexatibá Cahy-Pequi, no município de Prado Bahia, e aldeia Boca da Mata Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, Bahia. Nos dois momentos compareceram caciques, lideranças, com destaque para participação de mulheres e jovens.

Este momento teve por finalidade propiciar espaço de formação sobre os direitos dos povos indígenas, em especial, o direito à terra tradicional, visando esclarecer conceitos jurídicos e auxiliando no entendimento dos limites do Poder Judiciário e das obrigações do Poder Executivo, bem como, propiciar maior segurança e respaldo as comunidades nas ações de retomadas de suas terras.

Este espaço também teve como objetivo formar lideranças sobre seus direitos constitucionais, em especial, sobre os direitos originários a terra, provocando reflexões e propostas de resistência entre lideranças de várias comunidades diferentes, este momento formativo, foi pertinente, já que várias lideranças Pataxó estão sendo intimadas pelo Juiz Estadual da Comarca de Prado/BA, para prestar depoimentos referente às ações de retomada que vem acontecendo na região, e até mesmo de prisões de lideranças pela Polícia Federal, como no último dia 03/09, onde a PF, cumprindo determinação judicial prendeu três lideranças Pataxó, por ter ocupada a base avançada do ICMBio, dentro do Parque Nacional do Descobrimento, onde o ICMBio, alega que neste período houve depredação do patrimônio público, e furtos de objetos pertencentes ao órgão ambiental.

Na oportunidade dos momentos formativos foram distribuídas exemplares da cartilha produzida pelo Regional Leste, (o direito dos povos indígenas à terra tradicional).

Domingos Andrade

Extremo Sul da Bahia

Setembro de 2014



Comissão de Saúde Indígena se reúne dia 01 de outubro

SÍTIO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 11.09.2014

A Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), por meio da Diretoria de Gestão do Cuidado, realizará no próximo dia 1º de outubro, de 9 às 12 horas, na sala de reuniões do Gabinete do Secretário (Gasec), a 1ª Reunião da Comissão Estadual de Saúde Indígena da Bahia.

O evento tem por objetivo viabilizar a atuação articulada da saúde dessa população nos três níveis de gestão, promovendo uma maior integração do Subsistema de Saúde Indígena ao SUS.

A Comissão é formada por representantes das seguintes entidades: Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-Ba), Conselho Distrital de Saúde dos Povos indígenas (Condisi-Ba), Conselho de Secretários Municipais de Saúde (Cosems), Conselho dos Direitos dos Povos Indígenas da Bahia (Copiba).

Fonte: DGC
Saúde Indígena/reunião



MDA leva documentação para assentadas e indígenas de Roraima

SÍTIO MDA, 11.09.2014

O ônibus Expresso Cidadã do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai passar em dois municípios de Roraima, entre hoje (11) e 19 deste mês. Nesta quinta (11) e sexta-feira (12), o mutirão, que emite de graça documentos civis e trabalhistas, ocorre em assentamentos da reforma agrária de Caracará, a 145 quilômetros da capital Boa Vista. De 16 a 19, será a vez da comunidade indígena Palimiú, em Amajari, receber a ação.

A expectativa é atender aproximadamente 400 mulheres. A coordenadora do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural do MDA em Roraima, Ane Serra Bau, acredita que o acesso à documentação básica é importante para promover a cidadania e a autoestima dessas mulheres. "É muito importante essa iniciativa, principalmente, para que a trabalhadora rural tenha acesso às políticas públicas do Governo Federal", afirma.

O programa é voltado para o público feminino, mas homens também poderão regularizar a situação, tirando carteira de identidade (1ª e 2ª vias), CPF (1ª e 2ª vias) e carteira de trabalho (1ª e 2ª vias) – tudo de graça. No município de Amajari, as agricultoras familiares da Comunidade Indígena Palimiú, que serão atendidas pela primeira vez, poderão retirar, também, o registro de nascimento e de casamento (1ª e 2ª vias).

Além dos documentos, as mulheres dos municípios de Caracará e Amajari terão à disposição serviços de informação sobre programas do Governo Federal, como Bolsa Família e CadÚnico (instrumento que dá acesso aos programas sociais), benefícios do INSS, emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), serviços de fotografia, entre outros.

Números

Desde 2004, Roraima já recebeu 155 mutirões. Mais de 41,8 mil mulheres já foram beneficiadas e quase 80 mil documentos foram emitidos.

Serviço

Caracará

Data: 11/09

Local: Projeto de Assentamento Ita. Vila Carolina do Norte, na Casa da Agricultura.

Data: 12/09

Local: Projeto de Assentamento Cujubim. Vicinal 02 Km 35. Escola Municipal Pedro Roseno da Silva.

Amajari

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Data: 16 a 19/09

Local: Comunidade Indígena Palimiú. Maloção Comunitário

Os atendimentos ocorrem sempre das 8h às 17h.

Ouçá a matéria de rádio aqui.

Jalila Arabi
Ascom/ MDA.



Indígenas proíbem entrada de candidatos em aldeias

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 11.09.2014

O Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) foi comunicado pelo Conselho das Aldeias Wajãpi (Apina), juntamente com a Associação dos Povos Indígenas do Triângulo do Amapari (Apiwata-TA) e a Associação Wajãpi Terra Ambiente e Cultura (Awatac), que candidatos não podem fazer campanhas eleitorais em aldeias indígenas sem autorização. Segundo a informação das entidades, alguns postulantes a cargos eletivos foram até as aldeias, localizadas no final da Perimetral Norte, no município de Pedra Branca do Amapari e efetuaram a compra de votos.

Qualquer tipo de ação em áreas indígenas da etnia Wajãpi é proibida e somente possível se os órgãos citados ou a Fundação Nacional do Índio (Funai) permitirem. O Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) já foi notificado e emitiu recomendação aos candidatos para coibir a campanha eleitoral nas aldeias sem autorização dos órgãos responsáveis. A Justiça Eleitoral irá intensificar a fiscalização na área e os responsáveis pela prática ilícita de compra de votos sofrerão os rigores da Lei Eleitoral.

“As pessoas não autorizadas são proibidas de entrar na nossa terra pela Lei Federal. Quem autoriza são as organizações Wajãpi e a Funai. Na maioria das vezes, os candidatos entram nas aldeias somente para comprar votos e já tivemos problemas por conta disso”, frisou o Presidente da Apina, Kumare Wajãpi.

Em Pedra Branca do Amapari, a 11ª Zona Eleitoral (sediada no município vizinho de Serra do Navio) possibilita que os indígenas exerçam a cidadania por meio do voto. Existem duas Seções Eleitorais que atendem às referidas tribos.



Após acidente, Funai lamenta morte de cinco indígenas

SÍTIO CADA MINUTO, 11.09.2014

A Fundação Nacional do Índio emitiu nota de pesar pelo falecimento dos cinco funcionários e indígenas ocorrido na manhã desta quinta-feira (11). O grave acidente entre a caminhonete da Fundação e um caminhão baú aconteceu na rodovia BR-101, próximo à cidade de Rio Largo.

Na nota a Funai confirma e lamenta a morte de cinco indígenas. O grupo se deslocava de Porto Real do Colégio para Maceió, quando aconteceu o acidente.

Segundo a assessoria, “as vítimas são os indígenas Welton Mendonça de Farias, Kariri-Xocó, servidor da Funai a 10 anos, chefe da Coordenação Técnica Local em Porto Real do Colégio; o grande cacique Karapotó de Terra Nova, Antônio José Filho, conhecido como Cacique Isodoro, e seu filho Rosivan dos Santos; José Wilton Tavares Vieira Silva e Dyarone Luiz Feitosa, ambos Kariri-Xocó”.

Representantes da Funai acompanham os trabalhos de remoção e identificação dos corpos, que seguirão para as aldeias de origem. Os corpos dos Kariri-Xocó seguirão para o município de Porto Real do Colégio, e os dos Karapotó, para o município de São Sebastião.

O acidente

Um grave acidente no km 92 da rodovia BR-101 entre uma caminhonete da Funai e um caminhão baú culminou com a morte de cinco servidores da Funai. Segundo informações do núcleo de imprensa da Funai em Brasília, o veículo levava indígenas de volta para a aldeia de origem após uma reunião ocorrida na capital.

De acordo com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), que mandou algumas unidades para o local, o acidente aconteceu próximo a Usina Uruba. Testemunhas afirmam que o acidente aconteceu após uma tentativa de ultrapassagem do veículo L200 da FUNAI, que se chocou com um caminhão baú.

Unidades do SAMU e do Corpo de Bombeiros foram deslocadas para o local. O Instituto Médico Legal (IML) esteve no local e recolheu os corpos.



Campus Canguaretama representa o IFRN em reunião do Programa Saberes Indígenas na Escola

SÍTIO PORTAL IFRN, 11.09.2014

O Campus Canguaretama do IFRN participou entre os dias 9 e 10 de setembro, de uma reunião de trabalho com a rede que compõe o Programa Saberes Indígenas na Escola, realizada no Ministério da Educação, em Brasília. A reunião, convocada pela SECADI - CGEEI, teve como objetivo discutir com as instituições que formam a Rede de Instituições de Ensino Superior - RIES, as etapas de implementação do "Saberes Indígenas na Escola" e socializar a construção do manual do programa. No estado, o Campus Canguaretama atua como executor do Programa e também como articulador de outros núcleos na região Nordeste.

Objetivos do "Saberes Indígenas na Escola":

Promover a formação continuada de professores indígenas que atuam na educação básica;

Oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade;

Oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas; Fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e especificidades de cada etnia indígena.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Mulheres quilombolas participam de encontro

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 11.09.2014



A comunidade de São Bernardino, no município de Moju, região do nordeste paraense, recebe a partir desta sexta-feira (12) o VII Encontro da Mulher Negra Quilombola. O evento que tem o tema: "Pelos braços da mulher negra: a força de um quilombo" visa mostrar a força da mulher como liderança nas lutas pela titulação dos territórios quilombolas.

O encontro acontecerá durante os próximos dias 12, 13 e 14, e debaterá assuntos como a educação quilombola, segurança pública, saúde e o uso das ervas medicinais, além da Marcha das Mulheres Negras de 2015. Também serão ofertadas oficinas de capacitação. Ao final, será encaminhado um plano de ação e uma carta de compromisso que deve ser entregue aos órgãos competentes.

O evento está sendo realizado pela Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará (Malungu) e pelo Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (Cedenpa).

(DOL)



ELEIÇÕES 2014: Questão quilombola foi abandonada pelo PT, pressionado pelo latifúndio

SÍTIO TRIBUNA DA PRAIA, 11.09.2014

Pela titulação imediata e direito de se defender

Os programas oficiais divulgados pelos partidos nessa campanha eleitoral foram alvo de um estudo do LAESER (Laboratório de Análises Estatísticas, Econômicas e Sociais das Relações Raciais), da UFRJ, mostrou que não existe uma definição clara dos partidos para a questão dos quilombolas.

Trata-se de uma das questões mais importantes para a população negra brasileira. Remanescentes de comunidades escravas, muitos dos territórios quilombolas foram frutos da organização dos negros, que fugiam das senzalas e se organizavam em comunidades, como o histórico Quilombo dos Palmares.

No estudo do LAESER, apenas PCB, PSB e o PCO apresentavam alguma discussão sobre a questão quilombola.

O debate e as reivindicações sobre o tema são necessários. Em primeiro lugar, os quilombolas enfrentam a luta pela terra, que é uma das mais fatais no Brasil. Isso em virtude do latifúndio, muitas vezes acompanhados da polícia oficial, promover o massacre no campo.

Por outro lado, os quilombolas enfrentam o racismo e em grande medida ainda são tratados como escravos, sem direito algum, a um trabalho, moradia, reconhecimento de suas terras, etc.

Uma das questões mais recentes, que tem sido a bandeira das comunidades quilombolas, é a questão da titulação de suas terras, que hoje sofrem de um processo altamente burocrático e que é influenciado pelo setor mais atrasado do país, o latifúndio.

A proposta do PCO e dos quilombolas é a titulação imediata, sem a necessidade desses inúmeros procedimentos que só visam fazer os quilombolas de alvos em suas terras. A titulação imediata significa dispensar as formalidades do INCRA, por exemplo, e ser expedido título imediato, por decreto.

O PSB, por exemplo, propõe "intensificar o processo de reconhecimento dos quilombos", que é uma frase vaga sobre a questão. Esses processos de reconhecimento demoram dezenas de anos e ficam ao sabor dos reconhecedores.

O governo do Partido dos Trabalhadores empacou nessa questão, pois ficou refém do poder regional que exerce os latifundiários e fazendeiros. Nesse sentido, é uma capitulação total à direita atrasada do Brasil, que sempre quis fazer imperar no país a manutenção da escravidão, mesmo com outro rótulo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Pode-se dizer que é a mesma proposta para as comunidades e favelas que estão espalhadas pelo Brasil, que, por falta de regularização, e por interesse dos especuladores imobiliários, vivem sob a constante ameaça de despejo, ou simplesmente tem suas casas incineradas, como ocorre com os incêndios propositais nas favelas.

O negro, fugindo e se rebelando contra a escravidão, buscou locais onde pudesse viver uma vida minimamente regular, sem o açoite nas costas ou o risco de ser enforcado em praça pública. Esses locais, quilombos, representam a resistência do negro ao regime, tanto a escravidão quanto o capitalismo.

Por isso deve-se ter em consideração que os quilombolas também devem ter o direito de se defender, por todos os meios, dos ataques promovidos pelo latifúndio, e organizar, com os demais setores da sociedade, a luta pela titulação imediata de suas terras, que também é um direito constitucional.

fonte: Causa Operária Online



Aécio elevará o desenvolvimento do semiárido e de populações ribeirinhas

SÍTIO DOURADOS NEWS, 11.09.2014

O candidato da Coligação Muda Brasil à Presidência da República, Aécio Neves, comprometeu-se, nesta quinta-feira (11/09), a promover uma grande parceria com os Estados brasileiros para levar o desenvolvimento ao semiárido e às populações ribeirinhas do país, além de reafirmar que o Programa Nordeste Forte vai melhorar a qualidade da Educação na região.

"O Programa Nordeste Forte, que atende essa região de Minas Gerais também e todo o Nordeste brasileiro com políticas específicas e com investimentos, vai levar à melhoria da Educação nessas regiões. O índice de qualidade da Educação que vai permitir que, no prazo de dez anos, nós tenhamos o mesmo nível de Educação, de escolaridade e de qualidade que o restante do Brasil", afirmou Aécio em visita a Montes Claros, município do norte de Minas Gerais e parte da Bacia do Rio São Francisco.

Aécio lançou no fim de agosto o programa Nordeste Forte, que reúne compreende 45 ações divididas em sete eixos: Infraestrutura e Competitividade; Semiárido; Combate à Pobreza; Qualidade de Vida; Segurança Pública; Educação, Ciência e Tecnologia; e Juventude.

O candidato destacou que pretende "transformar o semiárido", assim como foi feito no cerrado brasileiro à época de Juscelino Kubitschek, em uma região adaptada à produção em todas as épocas do ano.

"Isso passa por investimentos, sempre em parceria com os Estados. A Embrapa vai a ser a nossa grande parceira na busca de novas tecnologias, e os investimentos não ocorrerão apenas de forma emergencial às vésperas das eleições, ou mesmo nos momentos mais agudos da seca", prometeu.

Investimentos diferenciados

O candidato à Presidência da República lembrou que durante sua gestão como governador de Minas Gerais, de 2003 a 2010, gastou cerca de três vezes mais renda per capita na região norte do Estado, que inclui o Vale do Mucuri, do Jequitinhonha e a região de São Mateus. Para ele, esse tipo de política deve ser reproduzida em todo o país.

"Teremos um programa de investimentos diferenciados, de sistema tributário que permita atração de empresas para essas regiões gerando empregos, facilitando o desenvolvimento das regiões que naturalmente tem maiores dificuldades para atração desses investimentos", disse.

Revitalização do São Francisco

Ao lado do candidato ao governo de Minas Gerais, Pimenta da Veiga, e do ex-governador do
CONT.



Estado e candidato ao Senado Antonio Anastasia, ambos do PSDB, Aécio reiterou que seu governo terá um compromisso claro com a revitalização do Rio São Francisco.

"Isso é fundamental, até para que o processo de transposição seja concluído de forma adequada. O nosso programa talvez seja o único que fala objetivamente em parcerias, inclusive com o governo do Estado, para garantirmos a revitalização do rio", afirmou. "Vamos dar apoio permanente, através da Emater [Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural], em parceria com os municípios, às populações ribeirinhas", apontou.

Descentralização de recursos

Em entrevista coletiva, Aécio acrescentou ainda que será "o presidente da descentralização" dos recursos. Para ele, o atual governo federal transformou o Brasil em um Estado unitário.

"Todas essas demandas, sejam elas cíclicas, eventuais, ou mesmo as demandas permanentes dos municípios, demoram muito a chegar a Brasília. O governo federal retirou dos municípios, apenas com desonerações de alguns setores da economia, como automóveis, por exemplo, R\$ 11 bilhões nos últimos quatro anos. É um dinheiro para atender a Saúde, a Segurança, a geração de emprego nesses municípios. Vou ser o presidente da República que vai governar pensando na Federação e vou refunda-la, com mais recursos aos municípios", completou.



Cimi NE lamenta a morte, em Alagoas, de cinco indígenas vítimas de acidente automobilístico

SÍTIO CIMI, 12.09.2014

"O trem que chega é o mesmo da partida..."

Consternada e em luto, a equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Nordeste, em nome de toda a organização, presta solidariedade às famílias e aos povos dos cinco indígenas que morreram em fatal acidente automobilístico ocorrido nesta quinta-feira, 11, na BR 101, altura do município de Rio Largo, região metropolitana de Maceió, Alagoas.

Os indígenas se dirigiam à sede da Funai, em Maceió. Welton Mendonça de Farias Kariri Xocó, coordenador regional da Funai, cacique Plaki-ô e Antônio José Filho, filho do cacique, ambos do povo Karapotó, Rosivan dos Santos, José Wilton Tavares Vieira Silva e Dionari Luiz Feitosa, sendo estes três últimos também do povo Kariri Xocó, foram as vítimas desta tragédia.

Na ocasião do acidente, as lideranças desempenhavam seu trabalho em prol da vida dos povos indígenas de Alagoas. Encontraram a morte, mas deixando na memória dos que ficam e costumam a entender as arguras da travessia ao universo insondável da morte, agora iniciada pelos cinco, um realejo de alento para a luta dos originários desta terra.

Certo de que agora serão validos pelo Toré incandescente dos Encantos de Luz e abraçados pela misericórdia de Padre Cícero, o Cimi se põe em oração aos que ficam com a dor da perda e segue impassível na luta junto aos povos indígenas pelos tempos do Bem Viver, com terra e pão, objetivo da luta dos cinco indígenas que nos deixam para povoar a vida eterna.



Autoridades marcam encontro sobre situação de índios nas ruas

SÍTIO O DIÁRIO, 12.09.2014

Diferença entre culturas e situação das crianças estarão entre os focos da discussão, que será realizada em Maringá na próxima semana.

A cena se repete: índios percorrem a cidade para vender artesanato, acompanhados dos filhos. As crianças acompanham os pais, dormindo em bancos de praças e pedindo dinheiro nos semáforos. Autoridades locais buscam uma solução para o caso, que será tema de um debate na próxima semana.

Para discutir o assunto e buscar formas de proteger as crianças indígenas enquanto estão nas áreas urbanas, a Promotoria da Infância de Maringá, juntamente com o setor para comunidades indígenas do Ministério Público do Paraná, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Humanos (Caop), vai promover uma mesa redonda na manhã da próxima quarta-feira. O encontro terá ainda a participação dos conselhos tutelares de vários municípios da região, conselhos municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, polícias Civil e Militar, além assistentes sociais.

Líderes de comunidades indígenas da região, representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o pós-doutor Lucio Motta, antropólogo da Universidade Estadual de Maringá (UEM), estarão entre os debatedores. Na oportunidade, será conhecida uma experiência que vem sendo desenvolvida em Londrina na construção de ações seguras quando necessário realizar abordagens a grupos de índios nas áreas urbanas.

Segundo a assistente social Rosilene de Fátima Pollis, do MP, há muita dificuldade para fazer o atendimento às crianças indígenas nas cidades, primeiro porque não existem na região instituições governamentais para garantir o atendimento, a Assindi, uma organização não governamental que assiste os artesãos, pode atender somente membros do povo Kaingang, "nos albergues noturnos os homens, mulheres e crianças são separados em diferentes ambientes, o que para nós é normal, mas entre os índios os membros da família só dormem juntos".

Pollis lembra que a cultura indígena é diferente e por isto precisa de uma assistência diferenciada. "Os pais vêm à cidade vender seus artesanatos e trazem os filhos, isto é da cultura deles".

O artesão Rodrigo Camargo, de 38 anos, disse ontem que seu povo "é obrigado a ir para as cidades vender artesanato porque tem que pagar as contas no mercado". Segundo ele, a produção agrícola das aldeias mal cobre os gastos coletivos, como a manutenção do ônibus, máquinas agrícolas, construção de casas. "Hoje, por exemplo, gente da nossa aldeia está trabalhando em Maringá, Apucarana, Londrina, Cianorte, Campo Mourão e em várias outras cidades".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

A Assindi, criada há 15 anos, é um espaço para os índios, mas foi criada para atender os Kaigangs e os próprios índios não aceitam se misturar com gente de outras tribos. Cada artesão permanece, a cada vez, 20 dias na sede da ONG, na saída para Mandaguaçu, e neste período as crianças ficam a cargo de professores e assistentes sociais da entidade.

"Com a Assindi, os Kaigangs estão bem acomodados quando vêm a Maringá, o problema é que a maioria dos índios hoje nas cidades da região, sempre com suas crianças, são de outras tribos e têm que dormir nas ruas ou em prédios abandonados", diz a assistente social da Promotoria da Infância.



Saiba a proposta de cada candidato para a política indigenista

SÍTIO RONDA DO MS, 12.09.2014

Dos onze candidatos à Presidência da República, quatro não apresentaram propostas de governo para comunidades indígenas. Entre os programas em que essas populações são contempladas, a aceleração do processo de demarcação de terras é o ponto comum mais destacado pelos candidatos.

Saiba a proposta de cada candidato para a política indigenista:

Aécio Neves (PSDB) destaca a necessidade de reconhecimento do potencial econômico do extrativismo praticado pelas populações tradicionais e defende que a regularização fundiária dos territórios seja acelerada. O tucano promete agilizar os processos de demarcação para garantir a proteção física a esta população e o apoio aos assentamentos com oferta de políticas públicas. Entre as propostas ainda estão a universalização do acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo da população, produção de alimentos e pesca e aquicultura. Aécio ainda garante respeito a essas comunidades e a seus hábitos alimentares locais e o reconhecimento do papel das populações tradicionais na conservação da biodiversidade.

Dilma Rousseff (PT) promete dar continuidade às ações de reestruturação produtiva de uma economia de baixo carbono. Segundo ela, a aposta do governo nesses investimentos está focada no uso de recursos naturais. Dilma destacou que essa estratégia representa a melhor forma de preservação e lembrou que as populações tradicionais que ocupam regiões com importante presença da biodiversidade têm papel fundamental.

Eduardo Jorge (PV) afirmou que seu partido está tradicionalmente na vanguarda dos temas relacionados aos direitos humanos, à democracia e à cultura de paz. Eduardo Jorge garante o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas aos meios de sobrevivência econômica e cultural, como o direito à terra e de tomada de decisões. O candidato ainda ressaltou a contribuição cultural dos povos indígenas.

Eymael (PSDC) e Levy Fidelix (PRTB) não pontuaram propostas ou posicionamentos específicos sobre o tema.

Luciana Genro (PSOL) criticou o que chamou de retrocesso em relação à democratização da propriedade da terra no país. Segundo ela, a aliança do governo com o agronegócio está mais firme do que nunca e a ampliação da fronteira agropecuária agravou a situação de povos tradicionais e agricultores, acirrando conflitos agrários. Luciana afirmou ainda que as manifestações de junho do ano passado que tomaram as ruas de centros urbanos motivaram também as comunidades que vivem em outras áreas a protestar em busca de seus direitos.

CONT.



Marina Silva (PSB) destacou que uma das maiores riquezas humanas e culturais do país é a presença dos povos e comunidades tradicionais e defendeu que essas populações tenham seu território garantido ?como prevê a Constituição Federal?. Marina propõe mecanismos de gestão de conflitos para finalizar a demarcação dessas terras, a retomada da criação de unidades de Conservação de Uso Sustentável e um sistema de compensação financeira para as comunidades tradicionais que promoverem a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade. A ambientalista promete dar maior atenção à formação de profissionais de saúde indígena e adotar metas para melhorar os indicadores de saúde dos índios. Marina promete a criação de um fundo de regularização fundiária para indenizar povos que ocupam terras originalmente indígenas por erro do Estado, reduzindo conflitos, reparando injustiças e acelerando o processo. Marina ainda afirma que vai propor uma legislação específica para o reconhecimento e proteção de conhecimentos tradicionais, criar um programa de fomento à criação de cooperativas de artistas indígenas e quilombolas, e fortalecer técnica e politicamente a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Mauro Iasi (PCB) propõe medidas para garantir os direitos e as políticas específicas para as populações indígenas. Segundo ele, apesar de o poder popular já estar estabelecido na luta pela terra e nos assentamentos e na resistência dos povos indígenas e quilombolas, ainda não atingiu o máximo potencial por falta da união das forças da sociedade. Iasi afirma que a ? civilização do capital e da mercadoria? aumentou a destruição da natureza e concentrou a riqueza na forma de lucros.

Pastor Everaldo (PSC) não cita propostas para essa área.

Rui Costa Pimenta (PCO) coloca a questão indígena em um dos tópicos de seu programa, defendendo a demarcação das terras, a expulsão de tropas do Exército brasileiro e forças policiais desses territórios e o respeito à cultura dos diversos povos. Segundo Pimenta, os latifundiários e ?capitalistas do agronegócio? que forem responsáveis pelos massacres de índios precisam ser proporcionalmente punidos. O candidato ainda defende a bandeira pela ? Não a internacionalização da Amazônia e a partilha do território nacional pelo imperialismo?.

Zé Maria (PSTU) não apresentou proposta para as comunidades indígenas.
Editor Lílian Beraldo



Governo recua e segura tramitação do Projeto de Lei do Instituto de Saúde Indígena
SÍTIO ADITAL, 12.09.2014

Após quatro anos apenas da criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Ministério da Saúde apresentou uma nova proposta para a atenção da saúde indígena no Brasil. O paraestatal Instituto Nacional de Saúde Indígena (Insi), por definição a terceirização do setor, foi levado à apreciação do Conselho Nacional de Saúde nesta quinta-feira, 11 de setembro. O que era para ser uma sessão para, simplesmente, referendar a ideia governista e levá-la ao Congresso Nacional, em forma de Projeto de Lei (PL), virou uma cerimônia constrangida de um instituto que nem ao menos teve seu esboço levado aos conselheiros em forma de documento.

O governo prometeu grandes melhorias no serviço de saúde, mas não deixou claro como se dará a criação do Instituto, que pretenderia privatizar a saúde indígena e tirá-la da atribuição do governo federal. Conselheiros não indígenas afirmaram que não podiam votar algo que não sabiam o que era. Até mesmo os conselheiros inclinados a concordar com a proposta, se queixaram de que algumas perguntas sobre o Instituto ainda estavam sem respostas – mesmo com a apresentação do ministro da saúde, Arthur Chioro, que também se mostrou confuso sobre alguns pontos do projeto.

Contrariando o que estava evidente, a tropa governista tratou de desmerecer as críticas ao Projeto, taxando-as de desinformadas, motivadas por interesses e sem a capacidade de enxergar que a proposta estatizava um serviço hoje privatizado. Todavia, não comprovaram os argumentos com fatos e dados. "Há um ano atrás, viemos aqui fazer o balanço da Sesai, hoje precisamos aprimorar. A necessidade de buscarmos novos avanços foi a criação do Instituto. A proposta é constitucional. Nesse processo de consulta que foi amplo para que possamos avançar", afirmou o secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves. Uma oficina para debater a minuta do Projeto de Lei com a Funai [Fundação Nacional do Índio], outros órgãos e organizações sociais ficou agendada para os dias 26 e 27 deste mês.

Um dos argumentos para a criação do Instituto é a demora na licitação para a compra de medicamentos pela Sesai. O Instituto, segundo representantes do governo, traria mais agilidade na compra. Porém, não disseram sobre a Sesai, por exemplo, executar apenas 7% de seu orçamento 2014 para estruturação dos distritos. "Então, eu entendo que o caráter deliberativo das comunidades indígenas se encerra aqui e terá caráter meramente consultivo. O entendimento vem de que o Instituto vai agilizar a compra de medicamentos, mas não tem que atender à Lei 8.666? (lei que trata sobre normas de licitação e compra referente a serviços no âmbito dos poderes da União)?", questionou Carlos Duarte, do Movimento Nacional de Luta contra a Aids.

O novo instituto vem sendo empurrado sem discussão e consulta ampla nas aldeias e o governo pretende aprová-lo de maneira arbitrária e unilateral. Foi obrigado a mudar de estratégia, como muitas vezes ocorreu quando o Executivo propôs medidas anti-indígenas em

CONT.



outros ambientes dos direitos constitucionais destas populações. "Existem muitos questionamentos, nem todos os distritos aprovaram todo o processo. Em alguns, a discussão foi bem calorosa. Isso precisa de aprofundamento", disse o padre Clóvis Andrade, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Por outro lado, para o ministro de Saúde, a proposta que visa a mudar a realidade da saúde indígena no Brasil, que já é calamitosa, poderia, simplesmente, atropelar a Convenção 169, que determina o direito dos povos originários e tradicionais de serem ouvidos e consultados a respeito de projetos que impactam diretamente suas vidas. "Eu mandaria a proposta para o Congresso Nacional sem precisar passar por esse processo", pontuou Arthur Chioro. Essa era a vontade inconteste dos governistas, como ficou perceptível na fala do ministro.

Outro ponto de controvérsia no projeto é o controle social da saúde indígena, que perderia força, uma vez que apenas três membros do Conselho Deliberativo do Insi, de 13, seriam indicados por organizações indígenas. "Se for para o Congresso precisa ir o movimento indígena como um todo. Não temos nem acesso ao Projeto de Lei e não queremos só três representações", criticou Rildo Kaingang, da Arpin Sul.



Conciliar interesses de índios e produtores rurais é desafio para o país

SÍTIO JC ON LINE, 12.09.2014

Próximo governante terá que demarcar e homologar as terras tradicionais reivindicadas pela população indígena

Conciliar os interesses de indígenas e de produtores rurais para pôr fim à disputa por terras será um dos desafios a serem enfrentados pelo próximo governante. Ele terá de encontrar meios para fazer o que a Constituição determinou há 26 anos – demarcar e homologar as terras tradicionais reivindicadas pela população indígena. Muitas delas, hoje, são ocupadas por produtores rurais, setor que responde por 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 44% do total das exportações nacionais.

“Esse será, provavelmente, o maior desafio para o próximo governo, pois implica uma tomada de posição diante de duas diferentes visões de mundo, duas concepções de desenvolvimento”, sustenta a antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Oiara Bonilla. Em entrevista à Agência Brasil, Oiara lembra que a disputa entre os que defendem os interesses de setores como a agropecuária e a indústria e aqueles que defendem outros modelos de organização e a produção sustentável suscita outros temas urgentes, como as mudanças climáticas e novas fontes de energia.

“A resposta a tudo isso exige uma tomada de posição clara por parte dos governos. Por isso, sendo muito realista, acho que a tendência é que, independentemente de quem vença as eleições, a questão indígena continue sendo deixada de lado, à mercê de interesses momentâneos”, diz a antropóloga. “O problema é que se não há vontade política para tentar resolver logo essa questão, ela vai se tornando cada vez mais complicada.”

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas às terras que ocupavam no passado. Por terras tradicionais, os constituintes entendiam os territórios habitados por comunidades indígenas em caráter permanente, bem como as por elas utilizadas para suas atividades produtivas ou que sejam imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem-estar comunitário e à reprodução física e cultural desses povos, segundo seus próprios costumes e tradições. Embora destinadas à posse permanente e usufruto indígena, essas terras pertencem à União, que deveria concluir a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação do texto constitucional - ou seja, até 5 de outubro de 1993.

“O grande desafio do futuro governo é implementar o que estabelece a Constituição de 1988, no que diz respeito ao direito dos povos indígenas, ao reconhecimento e à demarcação de seus territórios”, aponta o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzatto.

CONT.



Para Buzatto, a demora e eventual paralisação dos procedimentos demarcatórios não só potencializa os conflitos entre índios e produtores rurais, como tem outros efeitos para as comunidades indígenas e para o setor agrícola. No caso dos índios, para quem a terra é um bem coletivo, com significado especial, a falta de um território onde possam preservar e desenvolver sua cultura vem acompanhada da falta de assistência adequada, elevadas taxas de mortalidade infantil e de suicídios, ameaças vindas de grandes empreendimentos e mortes. Já para os produtores rurais, a consequência do conflito é a insegurança jurídica.

“Ao demarcar as terras indígenas, o futuro governo deve reconhecer os direitos dos ocupantes não indígenas que vivem hoje nessas terras, indenizando-os pelas benfeitorias construídas de boa-fé e reassentando aqueles que fizeram jus – o que pode ser feito com a desapropriação de latifúndios que não incidam sobre áreas indígenas”, acrescenta Buzatto.

Segundo o conselho, só em 2013, pelo menos 53 índios foram assassinados em consequência de conflitos provocados pela disputa por terras.

“Acredito que se o governo demarcar as terras indígenas, poderá minimizar muito o atual conflito”, sustenta o líder terena e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Lindomar Terena. “Estamos em uma situação em que, se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Se quiser olhar por nós, cumprir a Constituição e fazer um bom trabalho, quem assumir a presidência vai precisar de um Congresso também renovado. Permanecendo a maioria dos parlamentares que estão lá hoje, nem um presidente que queira conseguir fazer o que deve.”

No último Censo populacional, de 2010, 896,9 mil brasileiros se identificaram como indígenas. Desses, 63,8% vivem em áreas rurais e 36,2% em área urbana. Os resultados, no entanto, podem estar subdimensionados, já que muitas pessoas, por diversas razões, não se identificam como indígenas e os registros oficiais não são confiáveis. Basta verificar que, segundo o próprio Censo, 6% da população indígena não tinha, à época, nenhum tipo de registro de nascimento e apenas 68% tinha registro em cartório.

No Censo também foram identificadas 305 diferentes etnias e 505 terras indígenas que, juntas, ocupavam uma área de quase 106,7 milhões de hectares - 12,5% do território brasileiro. Um hectare corresponde aproximadamente às medidas de um campo de futebol oficial. À época do Censo, a reserva indígena com a maior população era a Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas.

Em um documento intitulado O Que Esperamos do Próximo Presidente e entregue aos 11 candidatos, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) cobra medidas que preservem o direito à propriedade e forneçam segurança jurídica aos produtores rurais. “Apesar de seu extraordinário desempenho e importância para a economia, o setor é a principal vítima desse cenário de insegurança jurídica, em razão de questões que são predominantemente políticas ou ideológicas”, sustenta a CNA antes de cobrar maior transparência e a consulta a outros órgãos além da Fundação Nacional do Índio (Funai) durante os processos demarcatórios que, hoje, estão a cargo do Poder Executivo.

CONT.



Na avaliação do setor ruralista, as questões “predominantemente políticas e ideológicas” embasam as “invasões indiscriminadas” de terras produtivas. Segundo a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), há, hoje, em todo o estado, ao menos 80 propriedades rurais ocupadas. Já a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb) estima que, só no sul da Bahia, haja pelo menos 100 fazendas sob ocupação indígena.

A entidade também cobra a adoção de medidas que coíbam as invasões de terras por índios e garantam o cumprimento das sentenças judiciais de reintegração de posse das terras ocupadas. A CNA pede ainda a extensão, a outras reservas indígenas, das 19 condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para aprovar, em 2009, a demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima – medida já defendida pela Advocacia-Geral da União (AGU) na Portaria nº 303 que acabou sendo suspensa após polêmicas. Por fim, a CNA quer que o governo federal crie órgãos colegiados aos quais seriam delegadas parte das atribuições hoje exclusivas da Funai.



Com intervenção de Suíca, professores indígenas encaminham problema de salários atrasados

SÍTIO PORTAL SBN, 12.09.2014

Professores indígenas da rede estadual de ensino no município de Pau Brasil, no sul da Bahia, conseguiram encaminhar o problema de salários atrasados dos contratados e resolver a questão da merenda escolar, durante encontro na Secretária Estadual de Educação, nesta quinta-feira (11).

De acordo com o candidato a uma vaga na Assembleia Legislativa da Bahia, Luiz Carlos Suíca (PT), a empresa que fazia a distribuição da merenda escola será substituída por outra e também saiu a convocação dos novos professores concursados no Diário Oficial do Estado desta quinta, além de tratar de outras questões técnicas referentes a matrículas e avaliação de docentes. "Os povos indígenas e rurais carecem de interlocutores para encaminhar questões simples como essas que tratamos com o diretor geral, professor Wilton Teixeira", completa Suíca.

Sobre as questões de Pau Brasil, o vereador Gerson Pataxó destacou o apoio de Suíca e do Sindicato dos Trabalhadores em Limpeza do Estado (Sindilimp-BA) para resolver as demandas da Escola Estadual indígena, "que estava com merenda escolar deficiente e com professores não nomeados".

Os índios não foram atendidos pela Diretoria Regional de Educação (Direc 7) e, por isso, procuraram outro meio de chegar ao estado. "A diferença do governo atual para os passados é que mesmo com os problemas nós somos atendidos e temos espaços para indígenas nas secretarias", declara o vereador Gerson. Ainda em Salvador, o grupo de educadores indígenas, junto com o edil, visitou também a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), onde tratou de assuntos referentes à pasta com a titular Vera Lúcia Barbosa.

Cultura: Sesc Centro apresenta exposição indígena do povo huni-kuin nesta sexta
SÍTIO CONTILNET, 12.09.2014

A exposição dá prosseguimento à difusão das artes plásticas no Acre.



O Serviço Social do Comércio (Sesc/AC) apresenta a exposição do Movimento dos Artistas Huni Kuin Mahku , intitulada de "Nixi Paewen Namate-- O Sonho do Nixi Pae", com início nesta sexta-feira (12), às 17 horas, no salão de exposições do Sesc-Centro, ficando aberta para o público até 30 de setembro.

A exposição dá prosseguimento à difusão das artes plásticas no Acre, com ações de apoio àqueles que têm a arte como ofício e possibilitando o acesso do público a programas educativos através do projeto Calenarte.

A exposição

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

Os trabalhos expostos consistem na expressão multimídia e sinestésica dos cantos tradicionais que sustentam os ciclos rituais do povo huni-kuin, assim como desenhos que recriam mitos associados a esses rituais.

São obras de Bane Huni Kuin (Cleber Sales), Isaka Huni Kuin (Menegildo Paulino) e Ibã Huni Kuin. Consistem na grande maioria de desenhos de canções huni-kuin recolhidas e publicadas por Ibã. Muitas dessas obras recriam os "huni meka", canções da ayahuasca.



Funai recebe oficialmente a Casa do Índio

SÍTIO O XINGU, 12.09.2014

Desde quarta-feira (11/09), a Casa do Índio de Altamira está sob responsabilidade da Funai. O Termo de Entrega do prédio construído pela Norte Energia foi assinado ontem, em Brasília (DF), pela presidente do órgão indigenista, Maria Augusta Assirati. No documento, a Funai considera "quitada, para todos os fins, a obrigação da NESA" (Norte Energia) que fazia parte do Termo de Compromisso firmado em setembro de 2010 referente ao processo de licenciamento da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

Segundo a Norte Energia, a Casa do Índio estava à disposição da Funai desde o dia 22 de julho de 2014, quando houve a vistoria final e o despacho de aprovação assinado por Estella Libardi de Souza, representante do órgão indigenista em Altamira. O Termo de Vistoria assinado naquela data atesta que o imóvel já estava em perfeitas condições de uso. Dez dias antes (12 de julho), durante vistoria prévia realizada por representantes da Empresa e da Funai, incluindo a presidente Maria Augusta Assirati, haviam sido solicitados, e foram realizados, pequenos reparos, como troca de lâmpada, conserto de tomada, substituição de telhas e ajuste no fechamento de portas.

A Casa do Índio de Altamira ocupa um terreno de 2.235 m² em frente à Orla da cidade. Com 1.686 m² de área construída, conta com 33 quartos, área de vivência, jardim, reservatório para 12 mil litros de água potável, quiosque para reunião, cozinhas convencional e tradicional, refeitório, lavanderia, depósito e banheiros adaptados para pessoas com deficiência. O projeto foi definido com a ativa participação das lideranças indígenas desde as primeiras reuniões.

A estrutura construída pela Norte Energia abrigará indígenas de todas as aldeias da Área de Influência da UHE Belo Monte em trânsito na cidade. A obra custou cerca de R\$ 2,2 milhões e foi realizada como ação do Projeto Básico Ambiental de Componente Indígena (PBA-CI). A UHE Belo Monte é a primeira obra do País a contar com um PBA específico de Componente Indígena. Desde novembro de 2010, a Norte Energia destinou mais de R\$ 153 milhões para a melhoria da qualidade de vida das comunidades indígenas do Xingu.

Um dos compromissos da Norte Energia foi traduzido na mudança do projeto do empreendimento, que reduziu a área de reservatório em dois terços. Belo Monte não vai alagar nenhum centímetro de terra indígena.

Com informações da Norte Energia

Carimbó é reconhecido como patrimônio cultural

SÍTIO IMIRANTE, 12.09.2014

A dança, de origem indígena, é típica do Pará e da Região Amazônica.



BRASÍLIA - Manifestação cultural típica do estado do Pará e da Região Amazônica, o carimbó (dança de origem indígena) foi reconhecido na última quinta-feira (11) como patrimônio cultural imaterial do Brasil, em votação unânime do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. A dança, executada ao som de instrumentos artesanais, por mulheres com saias rodadas e floridas e homens com camisas coloridas, passa a ter maior apoio do Estado para preservar a tradição. O pedido de inscrição do carimbó no Livro de Registro das Formas de Expressão foi feito por diferentes grupos, e entre 2008 e 2013 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) conduziu o processo e acompanhou as pesquisas para identificação do carimbó em diversas regiões do Pará.

Com décadas de dedicação, de modo a manter vivo o carimbó, o Mestre Manoel, do Grupo Uirapuru, de Marapanim (PA), avaliou que o reconhecimento vai assegurar mais apoio à manifestação cultural, e abre a possibilidade de elaboração de políticas públicas. "Foi uma luta de nove anos; uma luta sólida. Esta cultura vem de muitos anos, de nossos antepassados, de nossos irmãos índios. Herdamos a terra e temos que levar à frente essa manifestação, repassando para nossos filhos e netos, e para isso temos que trabalhar com políticas públicas", disse ele.

A presidenta do Iphan, Jurema Machado, explicou que o registro do carimbó como patrimônio
CONT.



cultural do Brasil amplia a visibilidade pública sobre este bem imaterial. "Significa o

CONT.

reconhecimento de uma tradição e prática cultural", segundo ela, "o Estado, junto com os detetores desta prática, é agora um parceiro na manutenção, na salvaguarda e na vitalidade deste bem".

O carimbó, com seus instrumentos, dança e música, é resultado da fusão de influências das culturas indígena e negra. Além da parte cultural, uma característica importante do carimbó é a forma de organização e reprodução social que reúne carimbozeiros nas atividades do dia a dia e celebrações religiosas.

A ministra da Cultura, Marta Suplicy, encontrava-se em Belém, e de lá acompanhou, por meio de videoconferência, a votação do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural. Na presença de dançarinas e grupos de carimbó, a ministra destacou que, com o reconhecimento, o carimbó passa a ser patrimônio perene. "Quando se tem uma expressão cultural deste porte, e não há chancela do Estado, ela tende a desaparecer ao longo dos anos", explicou.



Conciliar interesses de índios e produtores rurais é desafio para o país

SÍTIO JORNAL BRASIL, 00.00.2013

Conciliar os interesses de indígenas e de produtores rurais para pôr fim à disputa por terras será um dos desafios a serem enfrentados pelo próximo governante. Ele terá de encontrar meios para fazer o que a Constituição determinou há 26 anos – demarcar e homologar as terras tradicionais reivindicadas pela população indígena. Muitas delas, hoje, são ocupadas por produtores rurais, setor que responde por 23% do Produto Interno Bruto (PIB) e por 44% do total das exportações nacionais.

“Esse será, provavelmente, o maior desafio para o próximo governo, pois implica uma tomada de posição diante de duas diferentes visões de mundo, duas concepções de desenvolvimento”, sustenta a antropóloga e professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) Oiara Bonilla. Em entrevista à Agência Brasil, Oiara lembra que a disputa entre os que defendem os interesses de setores como a agropecuária e a indústria e aqueles que defendem outros modelos de organização e a produção sustentável suscita outros temas urgentes, como as mudanças climáticas e novas fontes de energia.

“A resposta a tudo isso exige uma tomada de posição clara por parte dos governos. Por isso, sendo muito realista, acho que a tendência é que, independentemente de quem vença as eleições, a questão indígena continue sendo deixada de lado, à mercê de interesses momentâneos”, diz a antropóloga. “O problema é que se não há vontade política para tentar resolver logo essa questão, ela vai se tornando cada vez mais complicada.”

A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito dos povos indígenas às terras que ocupavam no passado. Por terras tradicionais, os constituintes entendiam os territórios habitados por comunidades indígenas em caráter permanente, bem como as por elas utilizadas para suas atividades produtivas ou que sejam imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem-estar comunitário e à reprodução física e cultural desses povos, segundo seus próprios costumes e tradições. Embora destinadas à posse permanente e usufruto indígena, essas terras pertencem à União, que deveria concluir a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação do texto constitucional - ou seja, até 5 de outubro de 1993.

“O grande desafio do futuro governo é implementar o que estabelece a Constituição de 1988, no que diz respeito ao direito dos povos indígenas, ao reconhecimento e à demarcação de seus territórios”, aponta o secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Buzatto.

Para Buzatto, a demora e eventual paralisação dos procedimentos demarcatórios não só potencializa os conflitos entre índios e produtores rurais, como tem outros efeitos para as comunidades indígenas e para o setor agrícola. No caso dos índios, para quem a terra é um bem coletivo, com significado especial, a falta de um território onde possam preservar e

CONT.



desenvolver sua cultura vem acompanhada da falta de assistência adequada, elevadas taxas de mortalidade infantil e de suicídios, ameaças vindas de grandes empreendimentos e mortes. Já para os produtores rurais, a consequência do conflito é a insegurança jurídica.

“Ao demarcar as terras indígenas, o futuro governo deve reconhecer os direitos dos ocupantes não indígenas que vivem hoje nessas terras, indenizando-os pelas benfeitorias construídas de boa-fé e reassentando aqueles que fizeram jus – o que pode ser feito com a desapropriação de latifúndios que não incidam sobre áreas indígenas”, acrescenta Buzatto.

Segundo o conselho, só em 2013, pelo menos 53 índios foram assassinados em consequência de conflitos provocados pela disputa por terras.

“Acredito que se o governo demarcar as terras indígenas, poderá minimizar muito o atual conflito”, sustenta o líder terena e representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Lindomar Terena. “Estamos em uma situação em que, se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Se quiser olhar por nós, cumprir a Constituição e fazer um bom trabalho, quem assumir a presidência vai precisar de um Congresso também renovado. Permanecendo a maioria dos parlamentares que estão lá hoje, nem um presidente que queira conseguir fazer o que deve.”

No último Censo populacional, de 2010, 896,9 mil brasileiros se identificaram como indígenas. Desses, 63,8% vivem em áreas rurais e 36,2% em área urbana. Os resultados, no entanto, podem estar subdimensionados, já que muitas pessoas, por diversas razões, não se identificam como indígenas e os registros oficiais não são confiáveis. Basta verificar que, segundo o próprio Censo, 6% da população indígena não tinha, à época, nenhum tipo de registro de nascimento e apenas 68% tinha registro em cartório.

No Censo também foram identificadas 305 diferentes etnias e 505 terras indígenas que, juntas, ocupavam uma área de quase 106,7 milhões de hectares - 12,5% do território brasileiro. Um hectare corresponde aproximadamente às medidas de um campo de futebol oficial. À época do Censo, a reserva indígena com a maior população era a Yanomami, no Amazonas e em Roraima, com 25,7 mil indígenas.

Em um documento intitulado O Que Esperamos do Próximo Presidente e entregue aos 11 candidatos, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) cobra medidas que preservem o direito à propriedade e forneçam segurança jurídica aos produtores rurais. “Apesar de seu extraordinário desempenho e importância para a economia, o setor é a principal vítima desse cenário de insegurança jurídica, em razão de questões que são predominantemente políticas ou ideológicas”, sustenta a CNA antes de cobrar maior transparência e a consulta a outros órgãos além da Fundação Nacional do Índio (Funai) durante os processos demarcatórios que, hoje, estão a cargo do Poder Executivo.

Na avaliação do setor ruralista, as questões “predominantemente políticas e ideológicas” embasam as “invasões indiscriminadas” de terras produtivas. Segundo a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), há, hoje, em todo o estado, ao menos 80 propriedades rurais ocupadas. Já a Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (Faeb)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

estima que, só no sul da Bahia, haja pelo menos 100 fazendas sob ocupação indígena.

A entidade também cobra a adoção de medidas que coíbam as invasões de terras por índios e garantam o cumprimento das sentenças judiciais de reintegração de posse das terras ocupadas. A CNA pede ainda a extensão, a outras reservas indígenas, das 19 condicionantes impostas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para aprovar, em 2009, a demarcação em área contínua da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima – medida já defendida pela Advocacia-Geral da União (AGU) na Portaria nº 303 que acabou sendo suspensa após polêmicas. Por fim, a CNA quer que o governo federal crie órgãos colegiados aos quais seriam delegadas parte das atribuições hoje exclusivas da Funai.

Fonte: Agência Brasil



Indígenas recebem pela primeira vez incentivo agrícola

SÍTIO REPÓRTER MS, 12.09.2014

O Governo Municipal do Prefeito Ludimar Novais (PPS), através da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, comandada pelo produtor rural André Cardinal, está levando incentivos para a população indígena que reside no município. O prefeito e o secretário estiveram na comunidade indígena Aldeia "Lima Campo", acompanhando o preparo de aproximadamente 60 hectares para o plantio de culturas agrícolas predominantes desta região.

Esta ação pioneira de auxílio ao preparo da terra irá beneficiar mais de 70 famílias indígenas, que poderão plantar em seus lotes culturas agrícolas como mandioca, milho, feijão, cana de açúcar, hortaliças, árvores nativas e frutíferas, entre outras variedades. O propósito é que posteriormente os indígenas possam produzir e realizar a colheita para consumo próprio, mas também para a venda.

No final do mês passado, aconteceu a conclusão final do curso oferecido pelo Governo Municipal em parceria com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) juntamente com o Serviço Nacional de Aprendizado Rural (Senar), o qual ofereceu pela primeira vez na história o curso de viveiricultor à comunidade indígena.

O curso de Viveiricultor teve duração de nove semanas e uma carga horária de 160 horas, para duas turmas de 30 alunos cada, onde a comunidade indígena aprendeu a identificar espécies florestais, empreender no campo, segurança no trabalho, cuidados e escolha do viveiro, semeadura, seleção e expedição.

O prefeito destacou a importância do aprendizado no campo, e principalmente a produção de alimentos para subsistência e para comercialização "a comunidade indígena já tem o principal, que é a terra, tem a mão de obra que são vocês mesmos, agora precisam colocar em prática tudo o que aprenderam para a produção de alimentos para o consumo e para a venda, o Governo Municipal por lei deve comprar 30% de toda sua necessidade através do banco de alimentos dos assentados, e não vejo problemas em também comprar a produção da aldeia", disse Ludimar.

O secretário municipal de Agricultura e Abastecimento, André Cardinal, manifestou que irá provocar uma reunião do Governo Municipal com representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai), com a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer) e com o Senar e Pronatec, com o propósito de buscar o apoio necessário para realizar um trabalho em conjunto e dar mais condições de educação e trabalho para os índios. "Temos que dar continuidade no que aprenderam e produzir, vamos buscar o apoio para que os técnicos possam vir constantemente e dar assistência na instrução da produção no viveiro", concluiu.

O líder indígena Carlos, de 40 anos, agradeceu a presença do prefeito Ludimar e manifestou que "é fundamental esta ação do Governo aqui na comunidade indígena, é pela primeira vez

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 162 / 2014

Brasília, 12 de setembro de 2014.

uma porta que se abre, vemos o empenho e a vontade em ajudar nosso povo a construir uma agricultura familiar segura, queremos produzir para nossa própria sobrevivência e também sonhamos em vender, queremos crescer”.